

1 **Transcrição da Ata 73ª da Reunião Ordinária do**  
2 **Conselho de Desenvolvimento Territorial do**  
3 **Litoral Paranaense, realizada no dia 23 de Julho**  
4 **de 2019, presidida pelo Sr. Rasca Rodrigues -**  
5 **Presidente *ad hoc*, e Secretariada pela Sra.**  
6 **Rosana Maria Bara Castella - Secretária**  
7 **Executiva.**

8 O Sr. Presidente:- Boa tarde a todos. Já temos quórum, então vamos iniciar a nossa  
9 primeira reunião deste ano. Primeiro pedir desculpas pela ausência do Secretário que hoje  
10 está em agenda com Governador desde cedo. Hoje, às 9h30min, foram lançados os Jogos  
11 da Natureza que vão acontecer em três lugares: aqui no litoral, em Angra Doce na região  
12 de Carlópolis, na divisa com São Paulo, e na Costa Oeste. Esta é uma ação da Secretaria  
13 junto com a Secretaria de Esportes.

14 Dizer que o Secretário Márcio manda um abraço a todos e que o Presidente do  
15 Instituto Ambiental do Paraná, Sr. Everton, está a caminho, vai chegar daqui a pouquinho.  
16 E dizer, talvez algumas pessoas não tenham acompanhado, que a Secretaria de Estado de  
17 Meio Ambiente sofreu uma reforma administrativa e passou a ser chamada de Sedest -  
18 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Com isso veio para  
19 a Secretaria, além do ITCG, do IAP e do Instituto das Águas, o Simepar que trabalha com  
20 a meteorologia e tem um grupo técnico muito eficiente e importante dentro do Estado,  
21 que vai contribuir com a questão hidrológica. E a intenção é transformar o Simepar no  
22 Sistema de Monitoramento Ambiental do Estado, que é medir e aferir aquilo que a gente  
23 faz em relação ao ar, à água e ao solo. Isso tudo vai ser centralizado no Simepar. Então,  
24 vai se transformar no Sistema de Monitoramento do Estado do Paraná.

25 A Paraná Turismo, que era vinculada à Secretaria de Esporte e Turismo, já está  
26 abrigada no mesmo endereço. A APB - Agência Paraná de Desenvolvimento, que era a  
27 antiga Secretaria da Indústria e hoje tem um vínculo com a Casa Civil, com a  
28 governadoria, mas está sob a coordenação da Sedest. É aquela questão da porta de entrada  
29 dos investimentos do Estado, então com essa proximidade é sempre analisada a questão  
30 ambiental antes de tomar alguma decisão no sentido de fazer algum investimento. O  
31 Secretário Márcio Nunes frisou bastante desde o início que isso facilitaria bastante, tanto  
32 a atração das empresas como também a não atração no sentido de que esta questão já fica  
33 analisada quando nos contratos de intenção.

34 E a questão do litoral, prefeito, e agradecendo pela hospitalidade, o litoral terá um  
35 protagonismo muito grande, principalmente na política ambiental e de turismo. A APA  
36 já está trabalhando para o orçamento do ano que vem de 1 a 3% da sua renda bruta, está  
37 para ser definida no ano que vem para investir no turismo no litoral.

38 A TV Educativa do Estado foi transformada na TV Turismo. E 30% da verba  
39 publicitária do Estado tem que ser investida em turismo. Então, está diretamente ligada  
40 às belezas naturais. Não tem como fazer turismo sem as belezas naturais. Com isso o  
41 Governo também tomou como política pública a terceirização dos usos dos parques. Não  
42 é privatização dos parques, não é PPP, é a terceirização dos serviços dos parques que  
43 tiverem alguma viabilidade econômica, porque hoje estão muito aquém no sentido de sua  
44 exploração em virtude do Estado não ter efetivos para fazer o atendimento. Por exemplo,  
45 o Estado não tem nenhum turismólogo, não tem porque não tem carreira, o Estado não  
46 tem nenhum engenheiro ambiental, não tem porque não tem carreira. Então, isso tudo  
47 dificulta, e assim várias outras profissões que surgiram ao longo do tempo.

48 Então, o foco da gestão hoje é fazer a gestão do risco. Como todos sabem, o  
49 Instituto Ambiental do Paraná há trinta e três não faz concurso. Portanto, é um quadro  
50 envelhecido, do ponto de vista físico, mas é um quadro enriquecido, do ponto de vista  
51 técnico. Eu fui Presidente do IAP, fui Secretário e não consegui na época a liberação para  
52 fazer o concurso público. Este ano o Secretário Márcio Nunes junto com o Presidente  
53 Everton conseguiram autorização para contratar cento e setenta técnicos. Já passou por  
54 todas as instâncias, Fazenda, Planejamento e da Comissão da Política Salarial. Está  
55 tudo aprovado. E agora está indo para a SEAB para publicar nos próximos meses um  
56 concurso público para cento e setenta técnicos.

57 Isso vai ser importante, porque temos no IAP quatrocentos e seis efetivos, cento e  
58 oitenta e nove ou cento e noventa com abono permanência, significa que são funcionários  
59 que podem ir embora amanhã, né Salgado, - o Salgado representa o nosso sindicato- e  
60 ficamos sem cento e oitenta técnicos. Então, com esse concurso público temos a  
61 possibilidade de ter a convivência dos cabelos brancos com os cabelos pretos. Muita  
62 transferência de conhecimento será feita com a permanência dos dois. Então, depois de  
63 trinta e três anos eu, por parte do IAP, e o Everton, por parte do Instituto das Águas,  
64 somos do último concurso. Depois de todo esse tempo teremos esse quadro do IAP  
65 alterado.

66 Hoje temos um sistema de licenciamento bem avançado no sentido de fazer tudo  
67 *online*, está tudo informatizado. Temos um sistema que é reconhecido no Brasil inteiro

68 pela sua eficiência - todo mundo reclama da nossa morosidade, mas podemos ter o rigor  
69 técnico no processo de licenciamento sem que seja moroso. O que se precisa é saber se  
70 pode ou não pode. Eu aprendi com a Marina Silva que nós temos que conjugar o 'como  
71 pode'. O 'não pode' é fácil, não requer nem conhecimento técnico para definir, mas o  
72 'como pode' depende de esforço a quatro mãos e muitas vezes a dez, doze, quatorze  
73 porque muitos licenciamentos são multidisciplinares.

74 Em relação ao Colit, que é de 1984, também houve alteração por parte do  
75 Governo. O Governador Ratinho Júnior, junto com o posicionamento dos secretariados e  
76 do Secretário Márcio Nunes, tirou do Colit a anuência de empreendimentos industriais,  
77 empreendimentos comerciais. Manteve anuência dos projetos urbanísticos, dos planos  
78 diretores, das edificações. Isso está mantido. Há uma discussão jurídica em relação a isso,  
79 mas esta é uma posição do Governo.

80 Em 1984 talvez fosse importante essa instância, mas agora estamos falando trinta  
81 anos depois, ou de trinta e quatro anos depois, em que se avançou muito no marco  
82 regulatório, se avançou muito na forma de interpretar, se avançou muito no sistema de  
83 licenciamento, na tecnologia. Então, hoje não há necessidade de ter essa instância, no  
84 entendimento do Governo, já que existe um órgão competente para isso. Portanto,  
85 continua a centralidade da parte que se refere à exploração do zoneamento das áreas que  
86 abrigarão as indústrias, o zoneamento, o plano diretor. Agora qual indústria quem define  
87 é o órgão de licenciador.

88 Então, muda-se muito pouco em relação a isso. O foco continua sendo para aquilo  
89 que foi criado que são as questões urbanísticas e de edificações, diferentemente de muitos  
90 outros estados conseguimos ter um equilíbrio dos investimentos. Alguns comemoram  
91 outros não, aí vai de acordo com cada um. Por exemplo, Balneário Camboriú comemora  
92 o fato de ter um prédio de setenta e um andares, a gente comemora em ter na proximidade  
93 da praia um prédio de três andares. Aí é a visão urbanística de cada um no processo. Se  
94 isso é bom ou ruim tem também diversas posições em relação a isso.

95 Nesse período todo, a gente pode perceber, vai ter um investimento de oitocentos  
96 bilhões de reais no engordamento da Praia de Matinhos. É uma posição do governador  
97 em relação a isso. Os recursos virão do Banco do Brasil, da conta que o Banco do Brasil  
98 controla do Estado, vai ser uma compensação desta conta. Está em discussão no Instituto  
99 das Águas, já está com os projetos, são projetos de conhecimento de todos. Será um  
100 investimento que mudará praticamente toda essa parte do nosso litoral. A última ressaca  
101 agora, quem viu as fotos, quem viu os filmes, percebeu que o mar está indo para dentro

102 da cidade. Matinhos, como é uma piscina de decantação, já que quando se fez a drenagem  
103 se fez uma depressão, hoje a grande dificuldade é de se fazer o escoamento da galeria  
104 pluvial, porque tem que fazê-la aparente, tem que fazê-la praticamente rente à calçada  
105 para ter caída para dentro do mar. Todas essas questões serão resolvidas com esse  
106 investimento e com certeza mudará a cara do litoral.

107 Estamos abertos a qualquer questionamento, talvez será apresentado em algum  
108 momento, mas há decisão política de fazer esse engordamento. Há decisão política porque  
109 tem garantia econômica para se fazer, através desta equação com o Banco do Brasil.

110 No dia de hoje, agradecendo a todos pela presença, temos na pauta: a aprovação  
111 da Ata da reunião anterior, apresentação e posse dos novos conselheiros, um breve relato  
112 ‘Conhecendo o Colit’, instituição de grupo de trabalho para revisar e atualizar o  
113 Regimento Interno e relato da reunião da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro do  
114 Paraná - GT Gerco, instituído pela Resolução 43 do ano passado.

115 Vou passar a palavra ao prefeito para dar às boas-vindas e em seguida a gente  
116 começa.

117 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Boa tarde a  
118 todos. Saúdo todos os conselheiros na pessoa do nosso amigo Rasca, do Presidente  
119 Everton. Uma boa tarde especial aos Vereadores de Antonina que estão presentes  
120 acompanhando a reunião, à Sandra Balthazar, ao Paulo Broska e ao Valmir Godoi.  
121 Sentimo-nos muito honrados em receber esta reunião do Colit abrindo alas para essas  
122 novas funções do Conselho.

123 Eventualmente essa mudança de atribuições do Colit pode ensejar alguma dúvida  
124 em alguns conselheiros, penso que os acontecimentos recentes, aquilo que está  
125 acontecendo na prática da administração no que diz respeito aos municípios do litoral,  
126 onde nós aqui em Antonina temos procurado bastante intensificar, e o Governo de Estado  
127 aponta numa conjunção de esforços no que diz respeito em conseguir um verdadeiro  
128 desenvolvimento sustentável do litoral do Estado do Paraná.

129 Por que estou dizendo isso? Assim que assumi a prefeitura a gente se colocou  
130 neste dilema. Na medida em que o tempo foi passando, percebi na maioria das vezes ser  
131 falso o desenvolvimento e a sustentabilidade. A gente sempre esteve próximo do Estado,  
132 mas também procurei estar próximo de outros atores que atuam na área ambiental. E aqui,  
133 no nosso caso, a entidade que a gente tem maior identificação é a SPVS pelo fato deles  
134 terem aqui diversas RPPNs. Logicamente a gente tem uma proximidade maior com eles

135 e sempre reconhecemos a importância desta entidade para Antonina, porque temos uma  
136 arrecadação muito boa através das RPPNs da SPVS.

137 A partir dessa conversa, passamos a conhecer a possibilidade de o município  
138 arrecadar mais ICMS Ecológico através de uma operacionalização maior de outras  
139 reservas que hoje se encontram fechadas. Estabelecemos uma conversa, e desta conversa  
140 surgiu uma parceria, um termo de cooperação. Hoje nós estamos retirando água, a água  
141 que abastece o município de Antonina em maior quantidade dentro de uma reserva  
142 ambiental da SPVS. Está aqui o nosso Diretor da companhia de águas que não me deixa  
143 mentir.

144 Isso fez com que a gente começasse a conversar, sempre tendo o Governo junto,  
145 porque sem a parceria do Governo, sem a concordância, a gente não vai conseguir  
146 avançar. Há umas três semanas tivemos uma reunião muito legal, colocando a público  
147 oficialmente, apesar de já ser uma ideia que vinha sendo ventilada, da grande reserva da  
148 Mata Atlântica, que seria a otimização da exploração turística desses ativos que temos,  
149 que é o nosso patrimônio ambiental, a reserva de Mata Atlântica que temos, as  
150 peculiaridades de cada cidade. Por exemplo, aqui Antonina, somos patrimônio cultural  
151 nacional, através de um decreto federal.

152 Então, através disso, a gente alavancar o desenvolvimento no que diz respeito ao  
153 turismo e ao ecoturismo e sempre com a participação, com o endosso do Governo do  
154 Estado do Paraná. Temos que deixar bem claro, uma conversa bem franca que vem sendo  
155 conduzida entre prefeituras, Governo do Estado e organizações ambientais. Como falei,  
156 no nosso caso, a SPVS é a que a gente tem maior identificação.

157 Já nesta semana tivemos uma reunião no sentido empresarial. O empresário  
158 Adonai Arruda traz uma infinidade de pessoas que vêm turistar aqui em Morretes,  
159 promoveu junto ao Paraná Turismo uma reunião aqui em Antonina, a gente tem muito  
160 orgulho de estar na vanguarda deste movimento para operacionalizar, de alguma forma,  
161 colocar em prática o conceito da grande reserva, trazendo as pessoas para admirar as  
162 belezas da região. O Governador em exercício, Darci Piana, assinou uma carta de  
163 compromisso junto com São Paulo e Santa Catarina. São Paulo foi representado pelo  
164 prefeito de Cananéia e Santa Catarina pela Flávia Didomênico - Presidente da Santur.

165 Então a coisa está caminhando. E a gente fica muito feliz com isso. Estou falando  
166 tudo isso aqui, porque estamos na reunião do Conselho do Litoral, e com esta dobra que  
167 está acontecendo aí, essa mudança nas atribuições, às vezes a gente pode ter uma ideia de  
168 que as coisas estão indo para frente, estão indo para trás. Mas a prática diz que as

169 conversas nunca estiveram tão avançadas e dinâmicas no sentido de atingirmos objetivos  
170 concretos, não é Presidente? E é isso que é importante. Tem que acabar aquela questão  
171 maniqueísta do bem e do mal, do mal e do bem, desenvolvimento ou preservação. Nós  
172 temos que sentar, temos que conversar e por que não esta conversa aqui dentro do  
173 Conselho do Litoral. Então, a gente está muito contente por isso estar acontecendo, Rasca,  
174 e a gente estar fazendo a parte disso.

175 Muito obrigado pela presença de vocês. Uma boa tarde e que os trabalhos sejam  
176 profícuos aqui. (Palmas).

177 O Sr. Presidente:- Então, só para ilustrar, Arthur, há uns dezessete anos teve a  
178 ocupação da Fazenda Pamplona, criação de búfalo, braquiara e búfalo. Aí os camponeses  
179 aqui de Antonina ocuparam esse espaço. A SPVS reagiu fortemente a essa ocupação,  
180 achando que aquele local seria dividido em áreas, que seria desmatado, que seria  
181 exploração da serra, da mata, da vizinhança. O que aconteceu depois desses dezessete  
182 anos? As famílias estão lá, faturando mais de duzentos e cinquenta mil reais por ano,  
183 produzindo agroecologia, e quase 50% da área foi florestada. Isso está no Facebook, está  
184 no Google, que chama agroflorestas de Antonina. E aí com a visita do Clóvis nesse espaço  
185 para conhecer. E hoje são eles que colocam a merenda orgânica nas prefeituras pelo PA,  
186 em todo litoral até Guaratuba. E eles fizeram algo que até então ninguém conseguia fazer,  
187 o controle da braquiária. Como faz o controle da braquiária? Tem agrônomo aqui como  
188 eu? Eles descobriram a fórmula, que a braquiária morre na sombra. Então eles foram  
189 avançando na área de produção, plantando árvore que com a sua sombra matava a  
190 braquiária.

191 São coisas que a gente vai aprendendo com o tempo. Acho que a gente vive um  
192 momento de muita descoberta. Inclusive a última, lá em Cruzeiro do Oeste descobriram  
193 um dinossauro que ainda não estava catalogado no mundo. Um trabalho científico  
194 belíssimo, de mais de dez anos, descoberto por um agricultor e que de repente a gente  
195 aponta para o mundo um dinossauro, uma nova espécie. E é importante, porque entrará  
196 em nossos livros e será histórico.

197 Pois não, Arthur.

198 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, gostaria de  
199 fazer um pedido, faço no início ou faço no final?

200 O Sr. Presidente:- Agora vamos para a pauta.

201 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- É um pedido de  
202 requerimento.

203 O Sr. Presidente:- De inversão de pauta?

204 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Fora da pauta.

205 O Sr. Presidente:- Sim, pode ser.

206 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Gostaria de fazer um  
207 pedido para que IAP apresentasse como estão as condições dos viveiros no litoral. Estou  
208 fazendo esse pedido de requerimento. Dizer das condições técnicas, os servidores que  
209 estão disponíveis hoje nos viveiros, quanto está produzindo os viveiros. As condições  
210 técnicas dos viveiros no litoral, este é o pedido que solicito ao IAP. E gostaria que este  
211 pedido ficasse consignado em Ata, por gentileza.

212 O Sr. Presidente:- Será feito. Vamos tentar contato com o Mauro Scharnik, que é  
213 responsável pela coordenação, se o Everton tiver a resposta ele já faz a resposta, senão  
214 durante a reunião a gente traz a informação.

215 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Vou repetir: número de  
216 servidores, espécies que estão sendo reproduzidas nos viveiros, e nos últimos cinco anos  
217 o que foi feito tecnicamente nos viveiros do litoral. Esse é o pedido.

218 O Sr. Presidente:- Ok.

219 A Sra. Secretária Executiva:- Boa tarde a todos. Agradeço a presença de todos,  
220 agradeço ao Prefeito de Antonina por nos receber e colocar o grupo dele para organizar,  
221 agradecer também a Associação dos Municípios, em nome da Fátima, sempre pronta para  
222 colaborar e organizar esta reunião. Fátima, está tudo ótimo, excelente. Muito obrigada. E  
223 agradecer o prefeito e Presidente da Associação dos Municípios que deixou a Fátima à  
224 disposição para nos ajudar na organização deste evento do Conselho. Estamos pensando  
225 em fazer a próxima em Guaraqueçaba. Vai ser um desafio, vamos ver se a gente consegue.  
226 Vamos ver com o pessoal da Marinha para nos ajudar com barco.

227 Então, damos início à nossa reunião do Colit, já temos quórum, são trinta e quatro  
228 membros estamos com vinte presentes, mais os convidados que vieram nos prestigiar,  
229 agradeço muito.

230 Vou ler os representantes do Conselho, se vocês puderem se levantar e se  
231 apresentar. Acho que não veio nenhum Secretário, o Governador chamou o nosso  
232 Secretário para uma reunião. Então vou chamar o nome do titular e do suplente: Secretário  
233 Márcio Nunes, nosso Presidente, e o Rasca Rodrigues é nosso Diretor e está como  
234 Presidente; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - João  
235 Carlos Ortega e o suplente é o Carlos Augusto Storer; Secretaria de Estado Planejamento  
236 e Projetos Estruturantes - Valdemar Bernardo Jorge e o suplente é o Fabrício Miyagima;

237 Secretaria de Estado da Educação e Esporte - Renato Feder e o suplente está sem  
238 indicação, pois a Secretaria de Educação estava junto com a Secretaria de Esporte e  
239 Turismo e agora ficou dividido. Teremos que ver como ficará no novo decreto que terá  
240 que ser feito com a mudança das Secretarias, e também o Regimento Interno, que vamos  
241 montar um grupo de trabalho para refazê-lo de acordo com a nova gestão. Continuando:  
242 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, Sandro Alex Oliveira e Kamile  
243 Tombely Gumurski; Secretaria de Estado de Comunicação e Cultura - Hudson Roberto  
244 José e o suplente Sérgio Marcos Krieger; Secretaria de Estado da Agricultura e do  
245 Abastecimento - SEAB - Norberto Anacleto Ortigara e Maurício Tadeu Lunardon;  
246 Superintendência da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI - Aldo Nelson Bona  
247 e Jonathan Dieter; Procuradoria Geral do Estado - PGE - Paulo Roberto Glaser e Antônio  
248 Sérgio Bione Pinheiro; Superintendência dos Portos de Administração dos Portos de  
249 Paranaguá e Antonina - APPA- João Paulo Ribeiro Santana e Pedro Pisacco Pereira  
250 Cordeiro; do Instituto Ambiental do Paraná - Everton Luiz da Costa Souza e José Volnei  
251 Bisognin; Instituto de Terras, Cartografia e Geologia - ITCG, Mozarte de Quadros Júnior  
252 e Danielle Prim; Instituto de Águas do Paraná - José Luiz Scroccaro e o Luiz Fornazzari  
253 Neto; Prefeitura Municipal de Antonina - Prefeito João Paulo Vieira Azim e Márcio Hais  
254 de Natal Balera; Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba - Prefeito Hayssan Colombes  
255 Zahqui e não teve indicação do suplente; Prefeitura Municipal de Guaratuba - Prefeito  
256 Roberto Justus e Fausto André da Mota; Prefeitura Municipal de Matinhos - Prefeito Ruy  
257 Hauer Reichert e Ivo Hauer Malschitzky; Prefeitura Municipal de Morretes - Prefeito  
258 Osmair Costa Coelho e Airton Tomazi; Prefeitura Municipal de Paranaguá - Prefeito  
259 Marcelo Elias Roque e o Vinícius; Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná - Prefeito  
260 Marcos Fioravante e Fábio de Oliveira; Universidade Federal do Estado do Paraná -  
261 Campus Litoral - Renato Bochicchio e Luiz Ernesto Brambratti; Universidade Federal do  
262 Paraná - Centro de Estudos do Mar - Daniel Hauer Queiroz Telles e Eduardo Vedor de  
263 Paula; Universidade Católica do Estado do Paraná - Campus do Litoral - Alessandro  
264 Bertolino e Jeferson Ulisses da Cunha; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -  
265 CREA, Ayro Cruz Neto e Paulo Emmanuel Nascimento Júnior; Conselho de Arquitetura  
266 e Urbanismo do Paraná - CAU/PR- Ronaldo Duschenes e Margareth Ziolla Menezes;  
267 Conselho Regional de Biologia do Paraná - CRBio, Paulo Luciano da Silva e Camila  
268 Domit; Associações Comerciais do Litoral - Luiz Antônio Michaliszyn Filho e Claudir  
269 Souza Muraski; Federação dos Pescadores do Estado do Paraná - João Rocha Filho e  
270 Sérgio Veiga dos Santos; Agência de Desenvolvimento do Turismo sustentável do Litoral



271 do Paraná - Adetur - Maurício Laffitte e Célio Reis; Entidade Ambientalista do Paraná:  
272 Libres - Luiz Afonso Buest Rosário e Juliano Bueno de Araújo; Mater Natura - Maria  
273 Cecília Abbud; CEDEA - Luiz Arthur Klass Gineste da Conceição e Laura Jesus de  
274 Moura e Costa; FIEP - Maurício Kawano e Hélio Bampi; FAEP - Federação da  
275 Agricultura do Estado do Paraná - Geisa Costa e Werner Hermann Meyer Júnior;  
276 Sindiseab - José Carlos Salgado e ainda vai indicar o suplente. Observadores convidados:  
277 Procuradoria Geral do Estado - Priscila da Mata Cavalcante e Juliana Weber; ICMBio -  
278 Ivan Luís Favaro e Luiz Francisco Ditzel Faraco; Ibama - José de Souza Alves Filho e  
279 Rafael Prado Engelhardt; SPU - Jorge Luiz Moreira da Silva e Lucie Mara Winter. Esses  
280 seriam os nossos Conselheiros. E falta a indicação do Turismo. (Palmas).

281 Passo a palavra ao Presidente para discussão e aprovação da Ata da 72ª reunião  
282 ordinária.

283 O Sr. Presidente:- A ata foi enviada para todos. Alguém tem alguma observação  
284 na Ata?

285 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Na última reunião, na  
286 72ª reunião ordinária, apresentamos uma proposta de manutenção do Colit. Gostaria de  
287 ver a última parte da Ata, porque mandei para a Secretária Executiva fazer uma pequena  
288 mudança que não tinha sido colocado no final da Ata. Gostaria de verificar se foi colocado  
289 ao final da Ata.

290 O Sr. Presidente:- Vamos projetar.

291 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Só o finalzinho dela, por  
292 gentileza. (Pausa). Você confirma o e-mail, Secretária?

293 A Sra. Secretária:- Sim, você mandou um e-mail solicitando para colocar a  
294 palavra 'deliberativa'.

295 (É projetada a Ata no telão).

296 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Aí: "Não somos a favor  
297 da forma como o Colit se encontra, na época, deliberativo". É isso que tem que ser  
298 incluído que foi aprovado na época pelos conselheiros. Quando fiz a proposta, até a Libres  
299 reforçou que mantivéssemos deliberativo, e aí foi feita a votação. Era essa a correção que  
300 gostaria de fazer na Ata.

301 O Sr. Presidente:- Está feita a correção?

302 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Não está.

303 O Sr. Presidente:- É possível fazer já? (Assentimento).

304 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- “Qualquer extinção deste  
305 Conselho da forma como está, deliberativo, para o bem social da comunidade do litoral.”  
306 Esta foi minha proposta, votada e aceita na época. Obrigado pela correção, Presidente.

307 O Sr. Presidente:- Está aceito, está incluído. Mais alguém? (Não). Então, os  
308 conselheiros que concordam com a aprovação da Ata, com esta correção, permaneçam  
309 como estão, os contrários se manifestem. (Pausa). APROVADA a Ata.

310 A Sra. Secretária Executiva:- Aprovada a Ata, vou fazer uma breve apresentação  
311 da base legal do Colit e como deve funcionar.

312 A base legal do Colit é a Lei Estadual nº 12.243/98 - Art. 3º. Atendendo o disposto  
313 no art. 2º, emissão de diretrizes e exames de projetos urbanísticos e de edificações, para  
314 fins de anuência prévia, ouvidos os demais órgãos competentes, quando necessário. O  
315 Decreto Estadual n.º 2722/84, que aprova o regulamento que especifica e define o  
316 aproveitamento de áreas e locais consideradas de interesse turístico. O Decreto Estadual  
317 n.º 4605/84, que institui o Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense para  
318 assessorar a Administração Pública Estadual na aplicação das normas que dispõe sobre o  
319 disciplinamento da ocupação do solo, a orientação política referente ao uso, parcelamento  
320 e ocupação do solo nas Áreas Especiais de Interesse Turístico do Litoral Paranaense.

321 Atribuições do Colit: I - Assessorar a Administração Estadual no  
322 desenvolvimento do litoral paranaense, assim como no cumprimento dos princípios  
323 legais referentes ao parcelamento, uso e ocupação do solo, a prevenção e controle da  
324 poluição, a gestão dos recursos naturais, a proteção das Áreas e Locais declarados de  
325 Interesse e Proteção Especial, o patrimônio histórico, paisagístico, arqueológico ou pré-  
326 histórico e outros de interesse regional, definidos em Leis Federal, Estadual e Municipal;  
327 II - Colaborar, junto aos poderes públicos, no desenvolvimento dos atos legislativos e  
328 regulamentares concernentes à Região Litorânea do Estado, bem como promover o  
329 estudo de problemas específicos relacionados ao desenvolvimento do Litoral Paranaense;  
330 III - Promover modificações e aperfeiçoamento da legislação de acordo com estudos  
331 realizados por sua Secretaria Executiva ou outros órgãos da Administração Direta ou  
332 Indireta do Estado; IV - cooperar tecnicamente com os municípios da região na  
333 elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento urbano, à  
334 modernização administrativa e outros vinculados a seus objetivos; V - conceder anuência  
335 prévia, através de sua Secretaria Executiva, aos procedimentos administrativos de  
336 edificações com três ou mais pavimentos, quando situados nas áreas de menor restrição  
337 e quaisquer edificações nas áreas de maior restrição definidas no regulamento aprovado

338 pelo Decreto nº 2.722, de 14 de março de 1984, e alterações posteriores e Planos Diretores  
339 Municipais homologados pelo Conselho; VI - Monitorar, por sua Secretaria Executiva,  
340 e com o apoio dos órgãos e instituições que o compõem, o cumprimento das disposições  
341 legais e das políticas pertinentes ao uso do litoral paranaense.

342 O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense foi instituído  
343 em 1984, pelo Decreto n.º 4.605, de 26 de dezembro, e posteriores alterações, é presidido  
344 pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, composto  
345 atualmente por trinta e quatro membros, pelo Decreto n.º 7948/2017: vinte e quatro natos  
346 - oito Secretários de Estado, sete prefeitos, PGE, APPA, ITCG, IAP e Águas do Paraná;  
347 quatorze efetivos - três universidades, CREA, ONGs, Sindiseab e outras indicadas por  
348 dois anos; Observadores - Ministério Público do Estado do Paraná, Ibama e ICMBio.

349 Composição do Conselho: a) Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos  
350 Hídricos hoje Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo; b)  
351 Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano hoje Secretário de Estado do  
352 Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas; c) o Secretário de Estado do Planejamento  
353 e Coordenação Geral hoje Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes;  
354 d) Secretário de Estado do Esporte e do Turismo hoje Paraná Turismo; e) Secretário de  
355 Estado de Infraestrutura e Logística - aqui vamos dividir em duas Secretarias; f)  
356 Secretário de Estado da Cultura hoje Secretário de Estado da Comunicação e Cultura; g)  
357 Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; h) Secretário de Estado da  
358 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior hoje Superintendência de Ciência, Tecnologia e  
359 Ensino Superior; i) Procurador Geral do Estado; j) Superintendente da Administração dos  
360 Portos de Paranaguá e Antonina; k) Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná;  
361 l) Diretor Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná; m) Diretor  
362 Presidente do Instituto das Águas do Paraná; n) Prefeito do Município de Antonina; o)  
363 Prefeito do Município de Guaraqueçaba; p) Prefeito do Município de Guaratuba; q)  
364 Prefeito do Município de Matinhos; r) Prefeito do Município de Morretes; s) Prefeito do  
365 Município de Paranaguá; t) Prefeito do Município de Pontal do Paraná.

366 Membros efetivos: a) um representante da Universidade Federal do Paraná do  
367 *campus* do Litoral e um representante do Centro de Estudos do Mar; b) um representante  
368 da Universidade Católica do Paraná do *campus* do Litoral; c) um representante do  
369 Conselho de Engenharia e Agronomia do Paraná; d) um representante do Conselho de  
370 Arquitetura e Urbanismo do Paraná; e) um representante do Conselho Regional de  
371 Biologia do Paraná; f) um representante das Associações Comerciais do Litoral; g) um

372 representante das Associações de Pescadores do Litoral; h) um representante da Agência  
373 de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná - ADETUR; i) três  
374 representantes das entidades ambientalistas do Paraná que atuem no litoral paranaense; j)  
375 um representante da FIEP; k) um representante da FAEP; l) um representante do Sindicato  
376 Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e afins do  
377 Estado do Paraná - SINDISEAB.

378 Estrutura de funcionamento. Aqui está no antigo formato, vamos arrumar porque  
379 as Secretarias mudaram de nome e também podemos mudar o nome da nossa estrutura: I  
380 - Conselho Pleno - órgão supremo diretivo e deliberativo; II - Conselheiros relatores; III  
381 - Comissões temáticas; IV - Câmaras de assessoramento técnico; V - Secretaria  
382 Executiva. Aqui vamos colocar também a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro  
383 que foi criada este ano, de acordo com a Resolução 043/2018, que depois vou apresentar  
384 para vocês.

385 Reunião trimestralmente em caráter ordinário. As atribuições das *Comissões*  
386 *Temáticas* permanentes ou temporárias: I - normatizar e padronizar os procedimentos  
387 referentes à análise de temas recorrentes; II - promover estudos, pesquisas, levantamentos  
388 e análises que subsidiem as decisões do Conselho Pleno; III - promover ou sugerir a  
389 instrução de processos e proceder às diligências determinadas pelo Conselho Pleno ou  
390 pelo Presidente do Colit. As *câmaras de assessoramento técnico* tratam assuntos  
391 específicos. À Secretaria Executiva do Colit compete: Auxiliar os municípios  
392 tecnicamente na elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento  
393 urbano; Emitir pareceres referentes a processos de parcelamento do solo para fins de  
394 anuência prévia e encaminhar ao órgão estadual competente; Monitorar o cumprimento  
395 das disposições legais e das políticas pertinentes ao uso do litoral paranaense; Coordenar  
396 e executar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

397 Obrigada, por enquanto. E fico à disposição para qualquer questionamento.

398 Vou passar a palavra ao Presidente Rasca.

399 O Sr. Presidente:- A Rosana fez um breve relato, até para demonstrar que teremos  
400 uma revisão do Regimento Interno, que poderia ser instituído direto pelo Secretário, mas  
401 ele quer que a discussão aconteça, e também do marco regulatório para que todos  
402 entendam, compreendam para melhor andamento das reuniões.

403 Existe aqui uma sugestão de regulamentação do GP - Grupo Temático, que seriam  
404 três Secretarias, PGE, um representante do município, um representante das  
405 universidades, um representante das ONGs e dois representantes da sociedade civil.

406 Alguém tem alguma outra sugestão? Seriam nove membros e a reunião tem que funcionar  
407 com no mínimo cinco.

408 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Quem seria o  
409 representante da sociedade civil?

410 O Sr. Presidente:- Aí vamos dar um intervalo para fazer este ajuste para vocês  
411 definirem o representante.

412 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Se são dois  
413 representantes da sociedade civil... Quantos representantes da sociedade civil têm no  
414 Colit?

415 O Sr. Presidente:- Três, CEDEA, Libres e Mater Natura.

416 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Posso fazer uma  
417 proposta, Presidente (Assentimento). O CREA é representante da sociedade civil?

418 O Sr. Presidente:- Também. O CREA, o CAU, o CRBio.

419 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Quantos representantes  
420 das universidades têm no Colit?

421 O Sr. Presidente:- Três.

422 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- As universidades  
423 tecnicamente têm condições de discutir mais. Então, eu faria dois representantes das  
424 universidades e um representante da sociedade civil, até por causa da ciência e tudo o  
425 mais eles têm como discutir com mais profundidade esta questão do Regimento. Isso que  
426 eu colocaria, defendendo a questão da ciência até porque nós somos também um Conselho  
427 que discute ciência. É essa minha proposta.

428 O Sr. Presidente:- A proposta está em discussão. (Pausa). Alguém tem alguma  
429 posição contrária? (Pausa). Proposta ACEITA. Castella, corrija lá, dois representantes das  
430 universidades, inclusive a Universidade Federal mandou um ofício dizendo que em razão  
431 de outro evento no mesmo horário não puderam vir, mas solicita a participação da  
432 Universidade Federal na referida comissão.

433 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Estou representando o CRBio, mas  
434 também faço parte do Centro de Estudos do Mar, queria apenas fortalecer esse documento  
435 que veio das universidades, lembrando que a UFPR têm duas cadeiras representando o  
436 setor litoral e o Centro de Estudos do Mar, que agora é setor campus Pontal do Paraná.  
437 Então, os representantes dos dois grupos estão inseridos neste documento e tanto o setor  
438 litoral como o Centro de Estudos do Mar, campus Pontal do Paraná, têm interesse em

439 fazer parte do GT. Então, se houver duas vagas e houver a possibilidade de serem os dois  
440 grupos, tenho certeza que eles ficariam contemplados.

441 O Sr. Presidente:- Obrigado, Camila.

442 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- E também para  
443 observadores. Por exemplo, abrir para os observadores como o ICMBio, Ministério  
444 Público. Abrir duas vagas para observadores, se quiserem vir vem, senão fica a critério.  
445 Mas acho interessante porque eles têm cadeira de observadores aqui para colaborar.

446 O Sr. Presidente:- As reuniões são abertas, mas colocar aí não muda nada, porque  
447 eles não fazem parte de quórum.

448 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Isso. Como observador,  
449 não obrigatoriamente vai votar ou discutir, mas pode opinar ajudando a equipe, porque  
450 são pessoas técnicas capacitadas também e muitos estão envolvidos com a ciência, enfim.

451 O Sr. Presidente:- Um representante dos observadores.

452 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Obrigado, Presidente.

453 O Sr. Presidente:- Ok. Colocado, considerado. Alguém mais?

454 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Eu penso que  
455 os municípios também têm que ter uma representação maior, porque afinal de contas as  
456 decisões do Conselho afetam os municípios. Então acho que está desequilibrado só um  
457 representante dos municípios. Saúdo o nosso Presidente da Câmara, José Alves de Souza.

458 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Só queria reforçar que é importante  
459 que tenhamos uma distribuição pareada, inclusive entre as instituições que representam a  
460 sociedade civil, ONGs, universidades e representantes do Governo do Estado. Então,  
461 talvez, ao invés de três, como foi sugerido inicialmente, a gente estabelecer um cálculo  
462 rápido para ver se todas as ideias estariam compartilhadas. Mas concordo com o prefeito  
463 de Antonina que as diversidades de realidade dos municípios do litoral do Paraná  
464 precisam ser abordadas neste processo de alguma forma.

465 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Como falei  
466 aqui na abertura, em cima de tudo o que tem acontecido, que a gente tem conversado, é o  
467 momento de pensarmos neste grupo de trabalho com pessoas que vão olhar na mesma  
468 direção. Então, nenhuma preocupação, além dessa, na hora da composição do quórum. A  
469 minha colocação é em cima de uma situação real. O resultado da adversidade tem que ser  
470 em atos por parte deste Conselho que deem o melhor resultado para essas comunidades,  
471 que são os municípios, mais até do que os Estados porque as pessoas que moram aqui que  
472 são atingidas.

473 Então, penso que o maior destaque aí é para o município, porque o Colit fala sobre  
474 o território onde vivem pessoas, que somos nós, os habitantes dos sete municípios do  
475 litoral do Paraná. Na verdade nós somos a finalidade, entrosados com a natureza,  
476 trabalhando de forma sustentável para termos ganho de qualidade de vida, mas sem o ser  
477 humano no centro.

478 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Só para finalizar, a adversidade que  
479 eu digo é a adversidade de realidade que os municípios vivem que precisa estar  
480 incorporada. Concordo plenamente com você, Antonina e Morretes têm realidades  
481 completamente distintas, por exemplo, que Matinhos e Guaratuba. Então essas realidades  
482 têm que ser incorporadas na discussão, e concordo que vocês são os mais atingidos e, de  
483 maneira coletiva, o ecossistema.

484 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Existe uma associação  
485 dos prefeitos do litoral, não tem?

486 O Sr. Presidente:- AMLIPA.

487 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Isso. Não seria  
488 interessante colocar o presidente desta associação ali, porque representa os prefeitos do  
489 litoral.

490 O Sr. Presidente:- Pode ser dois representantes da AMLIPA, aí a AMLIPA  
491 escolhe.

492 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Eu não  
493 entendo essa preocupação. O grupo vai trabalhar no mesmo sentido, nós estamos todos  
494 do mesmo lado. Então, você tem que procurar trazer os prefeitos, os prefeitos representam  
495 grandes coletividades, são pessoas que foram eleitas pelo voto popular, então há muita  
496 representatividade. Quando eu falei aqui no início é porque eu acredito no que eu falei.  
497 Então nós temos que incluir todo o mundo. É a minha opinião, todo o mundo está dando  
498 a sua opinião. Eu estou contente com o que está acontecendo aqui em Antonina, e é em  
499 cima dessa posição pragmática que a gente tem. Pragmática, porém honesta, transparente.  
500 Os meus parceiros sabem o que eu penso.

501 Gente, vamos lembrar aqui como eram as reuniões do Colit, como eram as  
502 votações. Nós temos que ultrapassar isso, senão infelizmente o Conselho não tem sentido.  
503 Mas é minha opinião. Eu tenho um monte de problemas mais domésticos, só que eu tenho  
504 uma responsabilidade em cima da posição que ocupo. E eu realmente estou querendo  
505 agregar, adicionar, para chegarmos num bom resultado de mãos dadas.

506 O Sr. Presidente:- Só para lembrar que nós não estamos aqui constituindo  
507 Câmara Técnica. Estamos constituindo um grupo de trabalho para revisar o Regimento  
508 Interno. É uma questão burocrática que não exige conhecimento temático, é qualquer  
509 outro assunto diferente do que elaborar estatuto, elaborar regimento. É nesta linha de  
510 ajuda. Não se trata aqui de discutir nenhum tema técnico. É isso que nós estamos  
511 construindo. O Colit tem trinta e quatro membros, hoje estão presentes vinte e três, e onze  
512 ausentes. É muito para demonstrar pertencimento ao Colit.

513 É isso que estamos constituindo, um grupo de pessoas que vão se debruçar sobre  
514 o regimento atual, que vão propor um novo regimento, que será aprovado, que será lido,  
515 que todos vocês terão acesso, que todos vocês vão discutir depois a minuta proposta,  
516 portanto a participação haverá no final. Então, eu acho que para esta tarefa está bem  
517 colocado ali, e todos que estiverem ali presentes, vai ser escolhido um relator, um  
518 coordenador, pode requerer a participação de quem quer que seja para isso. É uma coisa  
519 muito simples de se fazer. O difícil penso que será reunir, mas fazer é muito simples, não  
520 exige conhecimento técnico.

521 Então, se ninguém tiver mais nenhuma proposta de alteração nesses números  
522 nessa proposta, a gente considera-a como tarefa vencida.

523 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, concordo  
524 com prefeito, acho que é neste sentido. E só colocar que na hora da aprovação, que seja  
525 feita uma minuta pela Secretaria e depois que fosse encaminhado. Esses representantes,  
526 cada um faz a sua proposta e, daí com a sua proposta, vai encaminhando à Secretária, vai  
527 ajustando, e depois marque uma reunião física para discutir, para adiantar o pleito.

528 O Sr. Presidente:- Perfeito.

529 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Cada um desses  
530 representantes fica com uma cor, a gente já decide a cor agora. Por exemplo, os  
531 representantes das universidades vão colocar a cor vermelha, os representantes do Estado  
532 que são as Secretarias, vão colocar a cor roxa e assim vai. Então, a gente já decide as  
533 cores, vocês montam a minuta, mandam para nós e nós fazemos as nossas proposições  
534 dentro de uma cor. Essa é a minha proposta, para adiantar o feito, fica mais fácil para  
535 todos visualizarem. E vocês também já mandam o que os outros fizerem para sabermos o  
536 que os outros estão fazendo. Obrigado, Presidente.

537 O Sr. Presidente:- Vocês entenderam a proposta dele? Castella, Secretarias - azul,  
538 PGE - amarelo, municípios...



539 A Sra. Conselheira Maria Cecília Abbud (Mater Natura):- Gostaria de tirar uma  
540 dúvida. (Assentimento). A PGE é uma instituição a mais? Temos seis instituições.

541 O Sr. Presidente:- A PGE é mais a parte jurídica.

542 A Sra. Conselheira Maria Cecília Abbud (Mater Natura):- Só para saber, porque  
543 aí a gente começa a mudar a paridade de volta. Vamos ver como vai ficar.

544 O Sr. Presidente:- Municípios - verde, representantes das universidades - roxo,  
545 representante da sociedade civil - marrom, ONGs - vermelho, observadores - laranja.  
546 Vocês entenderam? Quando vocês receberem o e-mail, vai ter alteração na minuta central.  
547 As alterações propostas vocês vão identificar por essas cores. Quem fez? As  
548 universidades, escreveram em roxo, as ONGs em vermelho. Então vai facilitar a leitura  
549 do não presencial, do presencial vai ser uma discussão. Aí no presencial, quando houver  
550 consenso, volta a cor preta, a partir dali, se tiver novas alterações, vêm com as cores.

551 Nós vamos encaminhar os ofícios para solicitar o nome dos representantes.  
552 Durante a semana nós vamos fazer isso para as entidades apresentarem seus nomes.

553 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Tenho uma dúvida. Com relação aos  
554 objetivos que a Rosana expos na apresentação, os objetivos do Colit não mudam, certo?  
555 Os objetivos se mantêm os mesmos, o que muda seria o regimento sem as alterações de  
556 objetivos que já vieram pelo decreto quando se tirou o licenciamento de avaliação de  
557 dentro do Colit, certo?

558 O Sr. Presidente:- Perfeito.

559 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Então, só queria reforçar que dentro  
560 dos objetivos do Colit, o objetivo um traz claramente a questão de avaliação e  
561 monitoramento dos recursos naturais. Então, por mais que nossa capacidade e na verdade  
562 a atribuição hoje do Colit esteja muito relacionada à avaliação de empreendimentos ou  
563 desenvolvimento relacionado à parte urbana e arquitetônica, ainda assim temos dentro  
564 deste Conselho uma atribuição muito forte de enxergar essas questões de manutenção de  
565 recursos naturais, de entendimento de qualidade ecossistêmica, de manutenção inclusive  
566 e melhorias das qualidades ambientais.

567 Só queria deixar isso registrado em Ata para que não dê a impressão ou a  
568 interpretação num coletivo de que a gente não vai discutir mais essas temáticas aqui  
569 dentro. É uma temática que está dentro dos objetivos do nosso Conselho.

570 O Sr. Presidente:- Quando falei foi em relação à anuência. Agora as unidades de  
571 conservação, a política das unidades de conservação está tudo envolvido na discussão.

572 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Foi mais por conta dessa questão do  
573 aterro de Matinhos. Eu até queria colocar um ponto, já que vamos para o ponto de pauta  
574 que é exatamente a Câmara de Assessoramento de Gerenciamento Costeiro, quando vocês  
575 trouxeram a questão da engorda de Matinhos, por mais que não passe mais os  
576 licenciamentos internamente no Colit, o Plano de Gerenciamento Costeiro do Estado com  
577 certeza terá que discutir essa temática e um dos pontos que também gostaria que ficasse  
578 registrado em Ata que, por mais que exista hoje um interesse e é uma iniciativa de  
579 Governo com relação à engorda da Praia de Matinhos, que nós tenhamos também planos  
580 de prevenção nos demais estados, porque o que ocorre hoje em Matinhos com relação ao  
581 processo de erosão e degradação da Zona Costeira é reflexo da forma como lidamos com  
582 o desenvolvimento urbano desse município no passado. Então, que municípios como  
583 Pontal do Paraná, Guaratuba e outros municípios, Antonina mesmo, essa relação com o  
584 ecossistema marinho que nós tenhamos planos de prevenção vinculados a este Plano de  
585 Gerenciamento Costeiro para não vivenciarmos no futuro a necessidade de remediação,  
586 como vai ser feito em Matinhos.

587 O Sr. Presidente:- Correto. Bom, então está constituído.

588 O Sr. Conselheiro Carlos Augusto Storer (SEDU):- Eu acredito que com as cores  
589 vai facilitar bastante o trabalho. Só que temos que ter em mente também que ao ser  
590 incluída alguma informação, quando for fazer um destaque ou uma emenda que pode ser  
591 aditiva, supressiva ou modificativa, a minha sugestão é utilizar as mesmas cores para  
592 saber qual proposta é supressiva. Quem está querendo suprimir alguma coisa e também  
593 quem está querendo modificar. Então, a proposta modificativa também se faz com a  
594 mesma cor, mas taxada e faz a proposta nova. Se você fizer qualquer proposta supressiva  
595 ou modificativa com exclusão de alguma coisa e for excluído, não vamos saber o que foi  
596 excluído. Para colocar modificativa ou simplesmente aquilo que não foi excluído. Então  
597 é apenas um critério complementar, utilizando as mesmas cores, porém colocar em taxado  
598 e aí a proposta nova ou a proposta modificativa. Ou mesmo, se for supressiva,  
599 simplesmente a proposta que está suprimindo, mas não acrescentando nada a mais.  
600 Obrigado.

601 O Sr. Presidente:- Perfeito.

602 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Vou a favor do  
603 conselheiro. Então deixar na regra aqui que se for suprimir ele coloca aquele risco que  
604 tem no Word e coloca a mesma cor, e na lateral coloca entre colchetes o que ele quer  
605 colocar ali. Ou faz o contrário, o que está suprimindo coloca entre colchetes e a redação

606 nova coloca após os colchetes, por que senão como vamos saber quem está suprimindo e  
607 o que está suprimindo? Então, acho melhor colocar esta regra aqui também.

608 O Sr. Presidente:- Quando o Conselheiro Carlos estava falando eu imaginei assim,  
609 supressão seria o traço na mesma cor e a modificativa o texto na mesma cor, porque a  
610 modificativa modifica o parágrafo. Então, ele escreve com aquela cor. Se for aditiva ele  
611 pode colocar uma palavra, pode colocar uma vírgula, pode colocar um ponto na mesma  
612 cor, e supressiva o traço. Então, isso a gente orienta no ofício ou quando tiver os nomes  
613 escolhidos, passa a ser uma definição para o grupo, faz uma reunião com o grupo, explica.

614 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Mas já aprovar...

615 O Sr. Presidente:- Já está aprovado.

616 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Mas deixar aprovado em  
617 Ata. Não sei se os conselheiros têm interesse em colocar outra subjeção nesta questão,  
618 porque temos que saber o que está sendo modificado e o que está sendo incluído. Na  
619 verdade é uma construção coletiva, é uma construção de saberes.

620 O Sr. Presidente:- Acho que está entendido. Mais nenhuma intervenção, vamos à  
621 votação. Os conselheiros que forem favoráveis ao grupo para revisar o regimento como  
622 foi proposto permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa).  
623 APROVADO.

624 Último item de pauta, depois abrimos para as falas...

625 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, desculpe-me  
626 a intervenção novamente. Tentar conversar com os conselheiros hoje se indica ou não  
627 representantes aqui hoje.

628 O Sr. Presidente:- Nós vamos fazer por ofício. Quem quiser já se reúne e define e  
629 depois fica mais fácil.

630 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Entendi. Quem quiser se  
631 reunir agora, indica já, quem não quiser se reunir, indica posteriormente.

632 O Sr. Presidente:- Isso, porque vai ser feita de forma oficial. Vai um ofício  
633 solicitando indicação de membros para compor a revisão do Regimento Interno. Então,  
634 se houver consenso aqui facilita para vocês, para não ter que ficar conversando com outro.

635 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Então a Mesa abre esta  
636 flexibilidade.

637 O Sr. Presidente:- Fica aberto e pode até deixar indicado com a Rosana.

638 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Desculpe a intervenção.

639 O Sr. Presidente:- Relato da instalação da reunião do GP - Gerco.

640 A Sra. Secretária Executiva:- Ano passado teve a Resolução 43, passei para todos,  
641 compondo uma Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro. Então vou explicar o que  
642 seria o Gerenciamento Costeiro e como foi criada a câmara técnica para que vocês  
643 entendam um pouco sobre isso.

644 O Gerenciamento Integrado Costeiro e Marinho é um processo que une Governo  
645 e sociedade, ciência, interesses setoriais e interesses públicos, na elaboração e  
646 implementação de um plano integrado para proteção e desenvolvimento dos ecossistemas  
647 e recursos costeiros. É uma mão de duas vias, vai e volta, trabalhando em conjunto.

648 A base legal do Gerenciamento Costeiro é considerado Patrimônio Nacional pela  
649 Constituição Federal de 1988, Lei n.º 7661/88 - Institui o Plano Nacional de  
650 Gerenciamento Costeiro, o Decreto Federal n.º 5300/2004 - Regulamenta a Lei n.º  
651 7661/88 e dispõe regras de uso e ocupação da Zona costeira e critério de gestão da Orla  
652 Marítima, a Lei Estadual n.º 13164/2001 - Dispõe sobre a zona Costeira do Paraná.  
653 Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, sob coordenação do Colit. A  
654 Resolução CEMA 43/2018 cria a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro do Paraná,  
655 composta por treze membros, sendo: cinco representantes do Governo do Estado, um  
656 representante da Associação dos Municípios do Litoral do Paraná - AMLIPA, cinco  
657 representantes do Governo Federal, um representante da universidade e um representante  
658 de ONG.

659 Por sugestão da primeira reunião dos membros do CT - Gerco, ficaram acrescidos  
660 a APPA e o Turismo. Já mandei ofício ao Presidente do Turismo e o porto já havia  
661 indicado dois integrantes. Nesta primeira reunião foi proposto fazer alteração do  
662 Regimento Interno de funcionamento desta Câmara Técnica. Já fizemos uma primeira  
663 proposta, foi passado a todos os membros do CT, agora estamos esperando as  
664 considerações. Alguns já mandaram as considerações e temos trinta dias para fechar este  
665 Regimento Interno de funcionamento. Também, no mesmo dia, conseguimos montar um  
666 plano de trabalho para a nossa Câmara Técnica. Conseguimos montar cinco seminários  
667 para o litoral.

668 Vou ler como ficou o nosso plano de trabalho. Então, a elaboração de um  
669 Regimento Interno, demos trinta dias para que fossem feitas as considerações, proposição  
670 de elaboração de projetos para captação de recursos financeiros, públicos e privados, seria  
671 permanente, proposições de editais, diretrizes, termos de referência, chamadas técnicas  
672 para projetos, subsídios aos grupos temáticos, seminários temáticos dos sete municípios

673 litorâneos para contemplar todos, seria permanente também, os municípios litorâneos  
674 sensibilizados e nivelados para elaboração de ações necessárias à gestão local.

675 No segundo semestre de 2019 temos cinco seminários propostos dentro da câmara  
676 temática, com pessoas que se propuseram a ajudar nesses seminários, que seriam a linha  
677 da costa, a fauna marinha, o lixo marinho, as comunidades tradicionais e situações  
678 fundiárias e drenagem e saneamento. Esses seriam os cinco seminários para montarmos  
679 e trabalharmos para que aconteça no litoral.

680 A Oficina Estadual de Capacitação em Gestão de Obras e Praias são o Ministério  
681 Público Federal e o SPU que vão propor e vão fazer em setembro de 2019. O SPU também  
682 está junto na nossa câmara técnica. O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que  
683 temos que começar a desenhá-lo, a responsabilidade está definida em lei, então definir os  
684 procedimentos institucionais para execução e integração dos diferentes instrumentos de  
685 ordenamento territorial e das políticas setoriais para a zona costeira paranaense. Nós  
686 vamos construir uma redação melhor. Os planos municipais de gerenciamentos costeiros  
687 que vão fazer parte todos os municípios, todos os prefeitos. A Política Municipal de  
688 Gerenciamento Costeiro, implementada e integrada à qualidade com os demais planos de  
689 uso e ocupação territorial, um sistema de informação de gerenciamento costeiro que seria  
690 o Sigerco, isso está em lei também, a base de dados integradas com informações  
691 georeferenciadas ambientais e sociais sob a zona costeira paranaense. Também vai ter  
692 quinto workshop em novembro de 2019. Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona  
693 Costeira permanente também, estrutura operacional da coleta contínua de dados e  
694 informações para acompanhamento da dinâmica de uso e ocupação da zona costeira e  
695 avaliação das metas de qualidade socioambientais, identificar instituições que já têm  
696 dados, instituições que já estão com alguns levantamentos como o SEDU que diz que tem  
697 bastante informação, o Porto também falou que tem bastante informação de  
698 monitoramento. Então, vamos ter que nos reunir para montar este plano, este sistema.

699 Também vamos montar um relatório de qualidade ambiental da zona costeira, a  
700 definir, consolida e torna público periodicamente os resultados produzidos pelo  
701 monitoramento ambiental e avaliação de edificações e eficácia das nossas ações.  
702 Definição, instituições que possam ter relatórios prontos para juntarmos todos dentro de  
703 um mesmo sistema, a proposição de acompanhamento do plano de planejamento espacial  
704 marinho. Estamos aguardando uma agenda federal que vai vir, está muito interessada em  
705 participar da nossa câmara temática, vir apresentar e fazer parte da nossa câmara temática

706 no sentido de nos ajudar e nos orientar neste planejamento espacial marinho. Implementar  
707 o planejamento espacial marinho integrado com o ZEE Costeiro e demais.

708 Seria isso. Montamos um plano de trabalho que está aberto a todos vocês, agora  
709 apresentado ao Conselho Pleno, para aprovar este nosso plano ou também modificar,  
710 fazer contribuições. A palavra agora está aberta a todos vocês para contribuições.

711 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, acho que o  
712 plano está bem organizado, mas o que faltou foi a questão do Mosaico Lagamar. Existe  
713 uma legislação, que está entre São Paulo e o Estado do Paraná, e não vi de forma alguma  
714 ser mencionado o Mosaico Lagamar. Existem servidores públicos, acho até que o Faraco  
715 participa, a instituição ICMBio participa do Mosaico Lagamar, que gerencia.

716 Então, no meu entendimento técnico, até gostaria da manifestação do Faraco, que  
717 seja incluído o Mosaico Lagamar. Não sei de que forma, mas de alguma forma. Não sei  
718 o que você gostaria, Faraco, dentro do que você está vendo, como servidor do ICMBio,  
719 enfim.

720 O Sr. Presidente:- Primeiro gostaria de perguntar quando foi feita essa resolução,  
721 se essa resolução foi aprovada no Conselho. Castella, foi aprovada no Colit ou foi um ato  
722 do Secretário?

723 O Sr. Paulo Castella:- Não. Isso é ato do Secretário.

724 O Sr. Presidente:- Porque a desproporcionalidade de representação é muito  
725 grande. A composição está em lei?

726 A Sra. Secretária Executiva:- Na verdade está em lei.

727 O Sr. Presidente:- Não está em lei?

728 O Sr. Paulo Castella:- O que está em lei é só a Câmara Técnica.

729 O Sr. Presidente:- Prefeito, cinco representando o governo, cinco do Governo  
730 Federal, um da AMLIPO, um da universidade e um da ONG. Muito desproporcional.  
731 Então, vamos levar este assunto ao Secretário para ver se fazemos uma composição mais  
732 adequada. Até porque temos problemas na questão de gerenciamento costeiro que  
733 envolve muito conhecimento técnico. Por exemplo, o assoreamento de Antonina. É por  
734 causa da Copel ou não? Isso é fácil de fazer. É ou não é? É areia que vem da Copel ou  
735 não é da Copel? Se for da Copel vai ter que tirar, mas isso tem que ter um estudo, tem  
736 que ter uma comprovação que isso pode estar ocorrendo.

737 O Bigarella sempre dizia que era a floresta da Serra do Mar que segurava a areia,  
738 que impedia o assoreamento da nossa baía, de toda a baía. Ele sempre colocou isso. E  
739 inclusive ele era muito contra ao próprio engordamento da praia por causa do

740 assoreamento do mar vindo da antropização da serra. Isso é uma coisa que tem que ser  
741 discutida, porque daqui a pouco o píer de Antonina vai ser um deck, não vai ter mais essa  
742 função, não vai ter mais a finalidade para a qual ele foi construído. Então, vamos discutir  
743 essa proporcionalidade.

744 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, então é a  
745 questão do Mosaico...

746 O Sr. Presidente:- Do Mosaico é a integração do gerenciamento costeiro de São  
747 Paulo com o nosso, se for preciso com o de Santa Catarina.

748 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Mas acho que tem que  
749 estar nesse planejamento aí.

750 O Sr. Presidente:- Acho que é uma sugestão para a primeira reunião do grupo fazer  
751 a discussão da integração do Mosaico.

752 O Sr. Conselheiro Luiz Francisco Ditzel Faraco (ICMBio):- O Mosaico em si está  
753 inativo como ferramenta de gestão integrada das UCs. É uma ferramenta de promoção de  
754 gestão integrada das unidades de conservação. Está inativo, apesar de legalmente  
755 instituído desde 2006. Algumas iniciativas já houve de implementação, de criação do  
756 Conselho inclusive, mas está há alguns anos sem se reunir. Acho que tem que estar como  
757 um tema para uma busca de integração com as ações do gerenciamento costeiro a partir  
758 de uma visão integrada das unidades de conservação. Como um ponto de pauta, como o  
759 Presidente sugeriu, para as reuniões do GT de discutir, de ter em mente as unidades de  
760 conservação, esse potencial de integração via Mosaico, porque elas são uma das  
761 ferramentas que estão no território e que também são gestão territorial da conservação da  
762 biodiversidade. Acho que deve estar no radar como um elemento a ser considerado nas  
763 discussões do GT desta câmara temática. Mas está inativo há alguns anos já como  
764 instrumento de gestão dessas unidades.

765 O Sr. Presidente:- Perfeito.

766 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Além dessa questão que o Faraco  
767 colocou muito bem, além da colocação do Arthur sobre o Mosaico, acho que temos outras  
768 questões territoriais que deveriam ser acrescentadas. Temos a questão da poligonal  
769 portuária que envolve Santa Catarina e Paraná, por exemplo, temos as questões do próprio  
770 PEN. Então, acredito que algo que deve ser uma das ações dessa câmara técnica é  
771 exatamente levantar esses polígonos todos que de alguma forma nos integram a outras  
772 ações de governo, sejam municipais, estaduais ou federais. Então, Plano Espacial  
773 Marinho é uma das questões que já aborda também essa questão de sobreposição, de

774 diferentes questões de território mesmo. A questão do Mosaico Lagamar, a questão das  
775 poligonais portuárias, a questão das áreas marinhas protegidas, áreas prioritárias para  
776 conservação do Governo Federal que também aborda e também de alguma forma tem  
777 uma interface bastante forte com esta questão do Plano de Gerenciamento Costeiro. Então  
778 acredito que esta seja uma das atividades. Concordo plenamente, Presidente, inclusive  
779 com a questão de pareamento da composição do grupo, acho que é importante discutir  
780 quanto a isso.

781 E queria só abordar rapidamente sobre o plano de trabalho que a Rosana  
782 apresentou, esta questão dos recursos. Eu acho que a composição também pode trazer  
783 algumas frentes, algumas discussões com relação a como fazer alguns dos pontos que  
784 estão ali nesse plano de trabalho. Por exemplo, quando foi relatado o sistema de  
785 monitoramento ambiental, e escutei antes o Presidente falando sobre o Simepar atuar e  
786 assumir talvez esta frente dos sistemas de monitoramento ambiental do Estado, então  
787 seria o Simepar fazer esse sistema junto ao Plano de Gerenciamento Costeiro ou seriam  
788 coisas separadas? Porque essas coisas são bem importantes. O relatório ambiental da zona  
789 costeira vem junto dessa linha do Simepar ou vem separado? Como isso se integra ao  
790 zoneamento econômico ecológico do nosso litoral? Então, essas interfaces, temos que  
791 vencer esses processos para que seja tudo integrado e consigamos enxergar isso tudo  
792 junto, senão as nossas tomadas de decisões continuam sendo fragmentadas em caixinhas.  
793 Se temos uma câmara técnica para o gerenciamento costeiro é um avanço fantástico para  
794 o nosso litoral e uma oportunidade. Conseguimos enxergar todas essas ações e iniciativas,  
795 governamentais ou não, que de alguma forma afetam o andamento e a dinâmica do nosso  
796 litoral.

797 Só queria colocar esses pontos.

798 O Sr. Presidente:- Está anotado. Vamos conversar a respeito disso com o Simepar,  
799 porque a intenção do Governo é que o Simepar se transforme em um sistema de  
800 monitoramento ambiental do Estado. Envolve ar, água e solo. Essa centralidade é o que  
801 a gente pretende que esteja lá.

802 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Desculpe, Presidente, só um  
803 adicional. Também é importante que a gente deixe marcado que estamos entrando na  
804 década do desenvolvimento da tecnologia para os oceanos. É uma iniciativa da ONU  
805 exatamente de incentivar a ciência e a tecnologia para o desenvolvimento sustentável dos  
806 oceanos, e é importante que a gente saia à frente, como já fizemos muitas vezes como  
807 Estado, nesta questão do Gerenciamento Costeiro alinhado com tantas ODSs - Objetivos



808 do Desenvolvimento Sustentável, como a década dos oceanos. É bem importante que  
809 tenhamos essa visão integrada mesmo.

810 O Sr. Presidente:- Então, damos por encerrado o quinto item de pauta. Vou passar  
811 a palavra ao Presidente Everton, do Instituto Ambiental do Paraná, para que faça a  
812 resposta ao requerimento feito pelo Conselheiro Arthur. E aí a palavra fica aberta para  
813 quem quiser acrescentar algum item de pauta. Quando for 16h infelizmente vou ter que  
814 sair e o Everton ficará, se for necessário, para dar continuidade à reunião.

815 (Assume a Presidência da reunião, Sr. Everton Luiz da Costa Souza).

816 O Sr. Presidente:- Obrigado, Rasca. Boa tarde a todos, pedir desculpa pelo meu  
817 atraso. Os carros da frota do Governo têm um código para ser utilizado nas máquinas dos  
818 postos de gasolina e acabou tendo um atraso ali em Morretes, estava sem gasolina, sai de  
819 Curitiba meio despreparado. Mas, enfim, estou aqui.

820 É uma honra estar com vocês. A maioria das pessoas que está aqui eu conheço,  
821 faz-me lembrar um pouco 1996, quando assumi aqui a regional da Suderhsa, foi quando  
822 tive contato com a maioria das pessoas que está aqui, desde àquela época. É a primeira  
823 vez que eu integro o Colit e para mim é motivo de muita honra, porque sei da importância  
824 deste Conselho, Rosana. Nós reconhecemos esta importância, o Secretário, o Rasca, o  
825 Mozarte de Quadros que é um especialista na área fundiária. Sabemos da importância que  
826 tem todo esse trabalho que vem sendo desenvolvido pela Colit nesses últimos anos.

827 O Rasca já explicou a política atual com relação às intenções. E eu queria destacar  
828 aqui, aproveitar minha fala antes de responder ao Conselheiro Arthur, destacar essa visão  
829 que o Instituto Ambiental do Paraná está obedecendo diante do plano de governo do  
830 Governador Ratinho Júnior. Então, buscamos esse equilíbrio entre o desenvolvimento e  
831 as questões ambientais, a preservação ambiental, esta harmonia entre podermos ofertar  
832 para sociedade paranaense oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, aliado  
833 com os cuidados ambientais. E passa por este Conselho, como passa pelo Conselho  
834 Estadual de Recursos Hídricos, passa pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente toda  
835 essa estratégia, por isso a importância dessas representações. O Rasca colocou muito bem  
836 uma desproporcionalidade na questão do Gerco, precisamos corrigir isso aí, é um trabalho  
837 para ser feito e vamos trabalhar para que essas distorções sejam resolvidas.

838 Respondendo ao Conselheiro Arthur, nós estamos com um viveiro ativo no litoral  
839 que é o Viveiro de Morretes. Esse viveiro produziu nos últimos cinco anos, parece que  
840 era essa a sua pergunta, né Arthur, setenta e duas mil mudas. Dessas setenta e duas mil  
841 mudas, as principais espécies são Palmito Aroeira, Angico Branco e o Ingá Macaco. São

842 dezoito espécies na verdade no total, e as demais são espécies nativas. Essas são as  
843 principais.

844 A questão dos funcionários. Temos poucos funcionários. São três funcionários  
845 apenas, mas estão dando conta de hoje fazer essa produção de mudas e contarmos com  
846 estoque em torno de cento e sete mil mudas.

847 É um estoque representativo, que pode ser demandado pelos municípios, pelas  
848 ONGs, pela sociedade civil como um todo e a maioria desse estoque é o Palmito Juçara,  
849 são sessenta mil indivíduos que estão lá, como mudas.

850 A sua pergunta foi feita constando em Ata, não foi feito um ofício, né conselheiro?  
851 Então se tiver atendida a sua demanda, se não podemos ainda pleitear alguma resposta do  
852 Mauro Scharnik.

853 O Sr. Presidente:- Por favor, Arthur.

854 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, agradeço a  
855 informação, mas gostaria dela escrita porque tenho uma entidade e são vários outros  
856 conselheiros, e tenho que apresentar isso, enfim, alguns têm atuação no litoral. Então  
857 gostaria de saber de estrutura, tamanho de viveiro, todas as questões técnicas e explicar  
858 porque o outro viveiro não está funcionando. Na verdade são dois viveiros, né. É o Parque  
859 Estadual do Palmito, que tinha um viveiro lá antigamente. Não tinha lá um viveiro?

860 O Sr. Presidente:- Era para atender apenas a Floresta do Palmito, mas oficialmente  
861 mesmo nós tínhamos um viveiro que era da Copel, operado pela Copel, parece-me que  
862 está desativado, mas o viveiro do litoral mesmo era o de Morretes. É esse o de Morretes.

863 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Então gostaria que fosse  
864 explicado o tamanho do viveiro, a capacidade de muda, enfim, todas as questões técnicas  
865 para passarmos aos nossos técnicos, engenheiros ambientais, que temos na ONG, porque  
866 de forma superficial vou levar um puxão de orelha.

867 O Sr. Presidente:- A ideia não era responder superficialmente, de forma alguma.  
868 A ideia era responder prontamente. É diferente.

869 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Agradeço.

870 O Sr. Presidente:- Tentei responder prontamente. Até perguntei para o Rasca se  
871 você tinha oficializado isso, mas eu também não quero burocratizar. Para mim está ótimo  
872 constar na Ata que você está pedindo como informação e nós vamos responder por escrito,  
873 se esse é seu desejo, sem problema nenhum. É que eu quis prontamente trazer a resposta  
874 para suas indagações.

875 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Agradeço a prontidão.

876 O Sr. Presidente:- Vamos fazer oficialmente.

877 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Muito obrigado e  
878 obrigado pela oportunidade.

879 O Sr. Presidente:- Bem, conselheiros, a nossa pauta está totalmente cumprida,  
880 agora o espaço está aberto para os pronunciamentos. Por favor, Paranaguá.

881 O Sr. Conselheiro Vinícius Yugi Higashi (Prefeitura Municipal Paranaguá):- Boa  
882 tarde a todos e todas. Sou Secretário do Meio Ambiente de Paranaguá. Primeiro gostaria  
883 de dar uma explicação da ausência do Prefeito Marcelo, ele iria estar conosco hoje, mas  
884 teve um óbito na família de ontem para hoje, então teve que se ausentar. E o segundo item  
885 que eu queria abordar, é explanar ao Conselho bem brevemente que após um extenso e  
886 extenuante processo licitatório, estamos com uma empresa contratada para fazer a revisão  
887 do nosso Plano Diretor Municipal. Ainda estamos no início dos trabalhos, inclusive  
888 trouxe uma convidada que é Superintendente Andreia da Secretaria de Urbanismo, já  
889 estou com o endereço de e-mail da Rosana também, então se eventualmente precisar  
890 pautar algum item que será relevante... Então, está bom! Só para deixa-los de sobreaviso,  
891 caso futuramente precise ser pautado algum item com relação à revisão do Plano Diretor  
892 de Paranaguá. Obrigado.

893 O Sr. Conselheiro Mozarte de Quadros Júnior (ITCG):- Boa tarde a todos.  
894 Gostaria me apresentar para vocês, esta é minha primeira reunião do Conselho do Litoral  
895 que participo, meu nome é Mozarte de Quadros, sou advogado, sou Diretor Presidente do  
896 ITCG, órgão que está na iminência de se fundir junto com o Instituto das Águas e Instituto  
897 Ambiental do Paraná. Vamos ter a honra de ter o Everton como nosso Presidente. Mas  
898 enquanto isso não acontece, colocar o ITCG à disposição do Conselho para qualquer  
899 informação. O ITCG vem desenvolvendo trabalhos já há muitos anos em todo litoral,  
900 buscando tentar resolver os problemas fundiários que têm aqui no nosso litoral. São, como  
901 o nome já diz, problemas graves, de difícil solução, que muitas vezes não depende só do  
902 Poder Executivo, depende também de uma intervenção do Poder Judiciário. Mas dizer  
903 que estamos nessa nova gestão do Governador Ratinho Júnior, muito honrado em estar à  
904 frente do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná, com muita vontade de  
905 trabalhar, né Everton. Nesses primeiros meses de Governo o ITCG já fez algumas  
906 mudanças na sua metodologia de trabalho e vai se desenvolver muito mais, acredito que  
907 com essa fusão que vai ter com o IAT, a gente espera que tenha uma dinâmica ainda  
908 maior.

909 Dizer que estamos aqui à disposição do Conselho do Litoral para prestar qualquer  
910 informação, para participar do trabalho que vem sendo desenvolvido para aprimorar, né  
911 Everton. O ITCG é um órgão importante, um órgão que tem uma história e que tem muito  
912 a colaborar com o desenvolvimento do litoral, com ações como a regularização fundiária  
913 da Ilha do Mel, que é um trabalho que está acontecendo esses dias, e outras áreas do  
914 litoral, áreas de interesse urbano, de interesse rural que vão acontecer.

915 Então, coloco-me à disposição. Se alguém tiver alguma dúvida ou tiver alguma  
916 solicitação pode ser feita aqui ou se quiser fazer formalmente por escrito, ficamos à  
917 disposição. Obrigado, Everton.

918 O Sr. Presidente:- Queria aqui externar de público a admiração pelo trabalho de  
919 toda a equipe do ITCG. Eu tenho sido testemunha de vários eventos de regularização  
920 fundiária que a equipe do Mozarte tem conduzido pelo Paraná todo. Até sexta-feira agora,  
921 né Mozarte, vocês vão entregar trezentos e quarenta títulos em Paranaguá. São pessoas,  
922 são cidadãos paranaenses que moram em cima de seus terrenos, mas não são proprietários.  
923 Então é uma ação de extremo atingimento social que é motivo de muito orgulho para nós.  
924 Já tive oportunidade de externar essa minha opinião em outras oportunidades, e realmente  
925 são momentos emocionantes de vocês verem as pessoas que não são donas das suas terras,  
926 quando elas recebem o seu título. Então, esse trabalho que tem sido feito pelo ITCG e que  
927 vai estar nesta nova formulação da reforma administrativa do Estado dentro do IAT,  
928 realmente é motivo de orgulho para todos nós do serviço público, porque está cumprindo  
929 com um papel extremamente importante para a sociedade paranaense.

930 Camila, por favor.

931 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Muito obrigada, Presidente. Só  
932 queria trazer um informe. Acho que todos já têm a informação do trabalho que nós  
933 fazemos não pelo CRBio somente, na verdade autorizada pelo CRBio, mas pela  
934 Universidade Federal do Paraná do atendimento de fauna aqui do nosso litoral, da fauna  
935 marinha. Então queria apenas reforçar com todos aqui, aproveitando a presença de várias  
936 prefeituras, que existe o PRAE - Protocolo de Atendimento a Encalhes de Fauna Marinha  
937 do Estado, uma resolução conjunta entre a IAP, antiga Sema, Sedest agora, e IBAMA,  
938 para atendimento da fauna. E, em cima desse PRAE, a Universidade Federal está  
939 articulando com as Secretarias Municipais dos sete municípios para avaliação e  
940 atendimento, protocolos de avaliação e atendimento da fauna quando ela chega encalhada  
941 ou que se encontra debilitada em nosso Estado.

942 Então, já montamos um grupo de trabalho, alguns Secretários de Meio Ambiente  
943 já estão presentes, Paranaguá ainda não faz parte do grupo, precisamos adicionar  
944 Paranaguá. Esse protocolo, apesar de ser do Estado, a gente está chamando exatamente  
945 porque, acredito que todos saibam, o Centro de Estudos do Mar inaugurou um centro de  
946 atendimento para reabilitação, despetrolização e análise de saúde da fauna marinha. Foi  
947 inaugurado agora dia 18 de junho, até agradeço a todos que de alguma forma fizeram  
948 parte dessa construção, foram aprovadas todas as licenças no Colit, então foi uma batalha  
949 bastante intensa, mas está lá, está inaugurado. Então, nós temos hoje condições no Estado  
950 do Paraná, no nosso litoral, de não são atender a fauna, mas também trazer respostas aos  
951 municípios do nosso litoral e aos órgãos ambientais com relação às questões de saúde  
952 pública. Então acho importante de ser dito, nós estamos fazendo o monitoramento da  
953 saúde desses animais e de que maneira essas informações refletem a questão da qualidade  
954 ecossistêmica na parte marinha e costeira aqui no Paraná. Quem quiser conhecer vai ser  
955 uma honra recebê-los por lá, na Universidade Federal do Paraná, no Centro de Estudos  
956 do Mar para conhecer o centro de reabilitação.

957 E também se as prefeituras tiverem sistemas de monitoramento de doenças  
958 emergentes, é importante também esse alinhamento. Só como informe, nós tivemos, por  
959 exemplo, pinguins com a malária aqui no nosso litoral, o que é um aviso e um indicativo  
960 de algumas questões de saúde pública. Então, é importante a gente ter esta aproximação  
961 com as prefeituras não só por questões ambientais, mas também por questões de saúde.

962 Eu queria deixar este informe para que o contato esteja aberto.

963 O Sr. Presidente:- Obrigado, Camila. Render uma homenagem, realmente é um  
964 trabalho que tem sido feito pelo Centro de Estudos do Mar. (Palmas). Parabéns! Eu tive  
965 a oportunidade, no começo da nossa gestão, de estar com a Camila, ela tinha alguns  
966 ajustes no licenciamento que precisavam ser feitos, acho que acabou dando certo, peço  
967 desculpas por não ter participado do evento. Mas os números apresentados, a gente não  
968 acredita no número de animais que esse pessoal atende. É muito grande. Não quero nem  
969 arriscar aqui quantos são por dia. Mais de onze mil em quatro anos! Então vejam o que  
970 esse trabalho representa, gente. Parabéns! E contem com o Instituto Ambiental do Paraná  
971 para que vocês possam dar prosseguimento nas ações de vocês.

972 Está aberta a palavra ainda. (Pausa). Bom, pessoal, então estou entendendo que  
973 nós podemos dar por encerrada a nossa reunião, em nome do Secretário Márcio Nunes e  
974 do nosso Diretor Geral Rasca Rodrigues... Pois não, Arthur.

975 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- O Presidente anterior  
976 falou que quem quisesse indicar os nomes para os grupos de trabalho, já indicaria. Então  
977 peço cinco minutos para conversarmos com as ONGs, nós ONGs já vamos indicar hoje.

978 O Sr. Presidente:- Está ótimo, aí passe para a Rosana.

979 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Aí o CRBio e as outras  
980 entidades...

981 O Sr. Presidente:- Eles serão oficializados.

982 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Aqueles que têm  
983 interesse em indicar, indica já.

984 O Sr. Presidente:- Aqueles que quiserem se manifestar a Rosana já faz o registro,  
985 como Secretária Executiva do Conselho.

986 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Então, peço cinco  
987 minutos.

988 O Sr. Presidente:- A não ser que você queira fazer de público esta indicação,  
989 porque estamos com um café servido. Se você me permitir, pode passar direto para a  
990 Rosana.

991 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Ok. Já no café, o senhor  
992 dá por encerrada a reunião e quem quiser indicar na mesa, até o encerramento das  
993 atividades, a gente indica já. Obrigado.

994 O Sr. Presidente:- Ok. Vamos ao café e voltamos em dez minutos.

995 (Intervalo para o *Coffee Break*).

996 O Sr. Presidente:- Bom, pessoal, vamos nos abancar, partir para o nosso  
997 encerramento. (Pausa). Bom, pessoal, como ficou combinado antes do café, o pessoal da  
998 representação da sociedade civil quer fazer a indicação dos nomes para compor a câmara  
999 técnica.

1000 A Sra. Conselheira Maria Cecília Abbud (Mater Natura):- Conversamos aqui e  
1001 decidimos que quem vai representar as ONGs na Câmara Técnica de Revisão do  
1002 Regimento Interno é o Mater Natura, eu, como representante das ONGs.

1003 O Sr. Presidente:- Perfeito.

1004 A Sra. Conselheira Camila Domit (CRBio):- Na verdade, eu só queria trazer um  
1005 ponto. Teve o fechamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral, e não sei  
1006 se esse resultado final veio para o Colit, pelo menos para uma apresentação. Queria deixar  
1007 como solicitação que na próxima reunião o fechamento desse plano fosse apresentado,

1008 para que realmente todos tivesse o conhecimento homogeneizado com relação a essa  
1009 questão.

1010 O Sr. Presidente:- O Fabrício vai esclarecer para nós agora.

1011 O Sr. Conselheiro Fabrício Miyagima (SEPL):- Boa tarde. Sou da Secretaria de  
1012 Planejamento e gerente também do contrato com o PDS Litoral. O PDS está na fase final  
1013 de elaboração, ou seja, a gente está na penúltima etapa, a gente teve várias reuniões com  
1014 o Ministério Público e ficou decidido que daqui a quinze dias vai haver as sete audiências  
1015 públicas que vão trazer o plano de ação do PDS Litoral.

1016 Para os conselheiros que não têm conhecimento sobre o que é o PDS Litoral, é o  
1017 Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná e o grande objetivo do PDS  
1018 é justamente apontar algumas diretrizes para o desenvolvimento do litoral. Então, são  
1019 planos, projetos e ações, que a empresa de consultoria contratada está trazendo para nós,  
1020 com a expectativa de desenvolver o litoral do Paraná.

1021 Então, conselheira, ainda vai haver as audiências públicas, ainda não foram  
1022 finalizadas, daqui uns quinze dias mais ou menos, o pessoal do consórcio está elaborando  
1023 os convites, e logo vão fazer a publicação das audiências.

1024 O Sr. Presidente:- Fabrício, uma sugestão, até por conta dessa renovação de  
1025 conselheiros que nós tivemos, você provavelmente tem alguns links de documentações já  
1026 disponível do PDS, eu imagino. Então, acho que você poderia passar esses links para a  
1027 Rosana, a Rosana pega a lista de e-mail e passa para todos os conselheiros, até para  
1028 qualificarmos essas audiências públicas. Acho que é importante as pessoas tomarem  
1029 conhecimento de toda a documentação que tem disponível para acessar e quando tivermos  
1030 as audiências públicas, isso vai fluir de uma maneira mais tranquila.

1031 O Sr. Conselheiro Fabrício Miyagima (SEPL):- Na verdade já existem os links,  
1032 foram desenvolvidos até o presente momento onze produtos. Desses onze produtos, todos  
1033 estão no site, [www.pdslitoral.com](http://www.pdslitoral.com), sem o br. Então, o que vocês precisarem de acesso de  
1034 informações, pedidos, está no site. Também têm as redes sociais, tem o número de  
1035 WhatsApp também que o consórcio disponibiliza para qualquer informação, a própria  
1036 Secretaria de Planejamento, que é o gestor do contrato, também fica à disposição no que  
1037 vocês precisarem.

1038 O Sr. Presidente:- De qualquer forma fica essa demanda para a Rosana, porque  
1039 temos alguns conselheiros que nem estão aqui, alguns não vieram, mas passar para todos.  
1040 Faz uma mensagenzinha da Secretaria Executiva do Conselho de Litoral para informar,

1041 até esse calendário, quando você tiver uma definição, a gente pode divulgar via essa lista  
1042 de e-mails do Conselho. Mais algum inscrito?

1043 A Sra. Conselheira Danielle Prim (ITCG):- Atual coordenadora do Zoneamento  
1044 Ecológico Econômico do Estado. Só lembrando a todos que existe o zoneamento  
1045 ecológico econômico executado tanto no Estado do Paraná, na escala para um para  
1046 duzentos e cinquenta mil, que já está disponível no site. Então, informo a todos que quem  
1047 quiser fazer o *download* está disponível, e também para quem ainda não tem, não fez o  
1048 acesso, tem o ZEE do Litoral publicado na escala um para cinquenta mil que também está  
1049 disponível no site, tem a versão impressa, tem as normativas. E se vocês precisarem dos  
1050 dados geográficos, estão disponíveis no instituto, informações sobre o ZEE e também  
1051 inclusive subsidiando algumas situações dos municípios que também tem uma varredura  
1052 pelo radar. Interferométrico foi feito para alguns municípios do Estado suscetíveis a área  
1053 de movimentos de massa e deslizamento. Então, se vocês precisarem dessas informações,  
1054 entre em contato conosco no ITCG. Muito obrigada.

1055 O Sr. Conselheiro Carlos Augusto Storer (SEDU):- Aproveitando, já que estamos  
1056 divulgando, foi o caso de Paranaguá que anunciou a revisão do Plano Diretor. A SEDU e  
1057 o Paraná Cidade estão disponibilizando para os municípios a inclusão de informações  
1058 sobre seus planos diretores *online*. Não mais no papel, não mais em CD, não mais em *pen*  
1059 *drive*, mas diretamente *online*. Então temos lá: portaldosmunicipios.pr.gov.br. Não tem  
1060 www, é direto: portaldosmunicipios.pr.gov.br. É a oportunidade dos municípios  
1061 incluírem a revisão dos planos diretores ou mesmo as alterações que os planos diretores  
1062 vigentes estão sofrendo. Alteração na legislação, por exemplo. Toda alteração dá a  
1063 possibilidade de manter o Estado atualizado com a utilização desta ferramenta. Muito  
1064 obrigado.

1065 O Sr. Presidente:- Obrigado, Storer. Mais alguém? (Pausa). Se não houver mais  
1066 nenhum inscrito, vou passar a palavra para a nossa Secretária Executiva para os  
1067 encaminhamentos finais e depois para o nosso prefeito, nosso anfitrião, que, de antemão,  
1068 agradeço muito a recepção. Estamos em um lugar muito agradável. Não conhecia esse  
1069 pequeno auditório, mas muito agradável. Um bom local para fazermos reuniões. Fica o  
1070 registro e o agradecimento à Prefeitura Municipal de Antonina por esta acolhida.

1071 A Sra. Secretária Executiva:- Agradeço a presença de todos vocês e a paciência.  
1072 É minha primeira entrada como Secretária Executiva de vocês. Estou à disposição  
1073 humildemente, qualquer coisa que vocês precisarem pode me acionar, estou pronta para  
1074 ajudar. Os municípios também que precisarem de ajuda, estamos lá tecnicamente,



1075 montamos grupos de trabalho, o que vocês precisarem para auxiliá-los na gestão e que  
1076 possamos ser proativos. O que vocês precisarem estamos à disposição.

1077 Espero nos vermos na próxima reunião, que tenhamos mais prefeitos e mais  
1078 pessoas participando do nosso Conselho para que possamos construir um bom trabalho  
1079 de gestão, porque o nosso litoral é maravilhoso e realmente precisa muito de um olhar e  
1080 o nosso Governador tem um olhar muito importante para o nosso litoral. Acredito que  
1081 vamos fazer um bom trabalho. Obrigada a todos.

1082 Passo a palavra ao prefeito.

1083 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Acho que da história  
1084 política, a Rosana é a primeira Secretária mulher. (Palmas).

1085 O Sr. Presidente:- Ela merece as palmas. Parabéns!

1086 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Gostaria que o pleno  
1087 aprovasse uma homenagem como sendo a primeira Secretária Executiva do Colit, mulher,  
1088 bióloga, isso representa muito para a entidade e para este Conselho. (Palmas).

1089 O Sr. Presidente:- Bem lembrado. Passamos a palavra ao Prefeito para suas  
1090 considerações finais.

1091 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Mais uma vez  
1092 agradecemos a presença de todos, pelo prestigiamento desta reunião do Colit, e agradeço  
1093 a todos que colaboraram com a organização, a Fátima que está ali juntamente com a  
1094 minha chefe de gabinete, com a Carol, que se esmeraram para que tudo acontecesse da  
1095 maneira como foi, tudo corresse bem. A Maria Carolina Nico, minha amiga, filha da  
1096 diretora aqui da escola, da Professora Sueli Nico, que gentilmente nos cedeu o espaço.  
1097 Aqui é uma Escola Técnica Estadual cujo um dos cursos ministrados aqui é Técnico em  
1098 Meio Ambiente, e é uma das escolas mais antigas do Paraná.

1099 É este o espaço que estamos aqui ocupando, então, Maria Carolina, transmita para  
1100 a Professora Sueli os meus agradecimentos. E até a nossa próxima reunião. Muito  
1101 obrigado.

1102 O Sr. Presidente:- Bom retorno a todos às suas bases. Até a próxima reunião. Está  
1103 encerrada a reunião. (Palmas).